

Autopista Fernão Dias S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Fernão Dias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Fernão Dias S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para dar suporte a nossa avaliação e ao nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Ativo intangível - Avaliação do risco de redução do valor recuperável do ativo intangível

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias e representa 87% do total do ativo nas demonstrações financeiras. A avaliação do valor recuperável do ativo intangível das concessionárias federais da Sociedade, as quais realizam obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria, porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas para a avaliação da razoabilidade das premissas e das metodologias usadas pela Sociedade, em especial aquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas, pela evolução demográfica, pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que evidencia a natureza de cada concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos; e na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos aceitável o valor do ativo intangível relacionado às concessões federais no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.


- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 27 de fevereiro de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	14
----------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	60
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	63
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	64
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	65
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.134.105.562
Preferenciais	0
Total	2.134.105.562
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	2.014.418	1.960.487	1.819.764
1.01	Ativo Circulante	43.394	49.946	44.045
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.412	27.290	12.230
1.01.03	Contas a Receber	18.972	18.445	25.887
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.972	18.445	25.887
1.01.03.02.01	Contas a Receber	18.972	18.408	25.887
1.01.03.02.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	0	37	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.722	1.276	2.224
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.722	1.276	2.224
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.443	2.505	3.443
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	845	430	261
1.01.08.03	Outros	845	430	261
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	64	99	0
1.01.08.03.02	Outros Créditos	781	331	261
1.02	Ativo Não Circulante	1.971.024	1.910.541	1.775.719
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	203.179	174.151	162.061
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	27.435	24.397	24.767
1.02.01.04	Contas a Receber	0	0	1.123
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	0	0	1.123
1.02.01.07	Tributos Diferidos	146.885	117.340	102.564
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	146.885	117.340	102.564
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	8.379	8.672	7.675
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	20.480	23.742	25.932
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	20.480	20.176	18.475
1.02.01.10.04	Diferido	0	3.566	7.457
1.02.03	Imobilizado	7.810	5.984	4.615
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.810	5.984	4.615
1.02.04	Intangível	1.760.035	1.730.406	1.609.043
1.02.04.01	Intangíveis	1.760.035	1.730.406	1.609.043

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	2.014.418	1.960.487	1.819.764
2.01	Passivo Circulante	187.266	168.195	211.518
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.720	7.139	6.786
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.720	7.139	6.786
2.01.02	Fornecedores	30.984	30.209	25.477
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30.984	30.209	25.477
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	30.984	30.209	25.477
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.945	4.824	4.936
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.945	4.824	4.936
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	67.928	58.583	54.378
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	66.336	58.605	54.400
2.01.04.02	Debêntures	1.592	-22	-22
2.01.05	Outras Obrigações	21.601	18.941	46.036
2.01.05.02	Outros	21.601	18.941	46.036
2.01.05.02.05	Cauções Contratuais de Fornecedores	12.182	12.607	10.987
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	6.788	3.643	4.927
2.01.05.02.07	Taxa de Fiscalização	1.228	1.189	1.132
2.01.05.02.08	Transações com partes relacionadas	1.403	1.502	28.990
2.01.06	Provisões	53.088	48.499	73.905
2.01.06.02	Outras Provisões	53.088	48.499	73.905
2.01.06.02.04	Provisão para investimentos em rodovias	0	21.516	31.734
2.01.06.02.05	Provisão para manutenção em rodovias	53.088	26.983	42.171
2.02	Passivo Não Circulante	696.542	776.408	1.085.530
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	594.669	648.530	638.049
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	516.669	575.996	572.308
2.02.01.02	Debêntures	78.000	72.534	65.741
2.02.01.02.01	Debêntures	78.000	72.534	65.741
2.02.02	Outras Obrigações	0	0	357.683
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	357.683

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	357.683
2.02.04	Provisões	101.873	127.878	89.798
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.443	5.365	4.366
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	500	561	663
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	511	591	749
2.02.04.01.05	Contingências Regulatórias	3.432	4.213	2.954
2.02.04.02	Outras Provisões	97.430	122.513	85.432
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	31.321	80.695	85.175
2.02.04.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	66.109	41.818	257
2.03	Patrimônio Líquido	1.130.610	1.015.884	522.716
2.03.01	Capital Social Realizado	1.401.385	1.227.885	706.001
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-270.775	-212.001	-183.285

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	471.586	491.343	401.103
3.01.01	Serviços prestados	346.037	315.822	262.593
3.01.02	Receita dos serviços de construção	143.931	192.137	150.406
3.01.03	Receitas Acessórias	13.598	12.573	12.811
3.01.04	Deduções dos serviços prestados	-31.980	-29.189	-24.707
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-466.934	-424.031	-392.979
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-323.003	-231.894	-242.573
3.02.02	Custo dos serviços de construção	-143.931	-192.137	-150.406
3.03	Resultado Bruto	4.652	67.312	8.124
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-25.181	-25.103	-25.374
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.781	-26.075	-25.200
3.04.02.01	Remuneração da Administração	-3.168	-1.968	-1.903
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.613	-24.107	-23.282
3.04.02.03	Tributárias	0	0	-15
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.600	972	-174
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-20.529	42.209	-17.250
3.06	Resultado Financeiro	-67.790	-85.701	-125.465
3.06.01	Receitas Financeiras	2.806	5.467	7.229
3.06.02	Despesas Financeiras	-70.596	-91.168	-132.694
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-88.319	-43.492	-142.715
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	29.545	14.776	48.509
3.08.02	Diferido	29.545	14.776	48.509
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-58.774	-28.716	-94.206
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-58.774	-28.716	-94.206
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,03040	-0,02010	-0,13226

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-58.774	-28.716	-94.206
4.03	Resultado Abrangente do Período	-58.774	-28.716	-94.206

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	106.942	87.585	19.786
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	177.788	148.374	109.164
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-58.774	-28.716	-94.206
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	120.593	108.781	90.933
6.01.01.03	Baixa de ativos permanentes	5.413	2.373	366
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-29.545	-14.776	-48.509
6.01.01.06	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-1.609	-2.405	-2.250
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre mútuos	0	16.406	64.024
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de empréstimos	56.746	61.418	54.488
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de debêntures	6.282	4.388	5.015
6.01.01.10	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	5.926	6.707	6.199
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	3.298	4.509	5.478
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	69.458	-10.311	27.626
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-70.894	-62.069	-85.301
6.01.02.01	Contas a receber - Ativo	-552	7.694	-2.005
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas - Ativo	37	-37	1.004
6.01.02.03	Impostos a recuperar - Ativo	595	2.572	-8.382
6.01.02.05	Depósitos judiciais - Ativo	-567	1.293	106
6.01.02.06	Fornecedores - Passivo	-11.208	-7.142	-8.156
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas - Passivo	491	-1.785	550
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores - Passivo	-4.101	-302	-3.074
6.01.02.09	Obrigações sociais - Passivo	-419	353	-116
6.01.02.10	Obrigações fiscais - Passivo	672	-5.602	3.811
6.01.02.15	Outras contas a pagar - Passivo	3.554	-1.639	1.607
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais - Passivo	-4.363	-3.796	-1.666
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais - Passivo	-55.033	-53.678	-68.980
6.01.03	Outros	48	1.280	-4.077
6.01.03.02	Despesas antecipadas - Ativo	355	-59	-7.389
6.01.03.04	Outros créditos - Ativo	-450	1.053	7

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01.03.05	Outras contas a receber - Ativo	0	0	3.305
6.01.03.08	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	143	286	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-232.358	-198.272	-145.294
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-2.556	-1.967	-2.855
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-227.332	-197.456	-140.681
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-2.470	1.151	-1.758
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	117.538	125.747	123.892
6.03.01	Captações de empréstimos	0	51.865	75.366
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-55.962	-52.618	-49.474
6.03.04	Emissão de debêntures	0	0	65.000
6.03.05	Pagamentos de debêntures - principal	0	0	-100.000
6.03.08	Pagamentos de principal - empresas ligadas	0	0	-100.000
6.03.14	Aumento de Capital	173.500	126.500	233.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.878	15.060	-1.616
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.290	12.230	13.846
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.412	27.290	12.230

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.227.885	0	0	-212.001	0	1.015.884
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.227.885	0	0	-212.001	0	1.015.884
5.04	Transações de Capital com os Sócios	173.500	0	0	0	0	114.726
5.04.01	Aumentos de Capital	173.500	0	0	0	0	114.726
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-58.774	0	0
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-58.774	0	0
5.07	Saldos Finais	1.401.385	0	0	-270.775	0	1.130.610

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	706.001	0	0	-183.285	0	522.716
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	706.001	0	0	-183.285	0	522.716
5.04	Transações de Capital com os Sócios	521.884	0	0	0	0	521.884
5.04.01	Aumentos de Capital	521.884	0	0	0	0	521.884
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-28.716	0	-28.716
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-28.716	0	-28.716
5.07	Saldos Finais	1.227.885	0	0	-212.001	0	1.015.884

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	473.001	0	0	-89.079	0	383.922
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	473.001	0	0	-89.079	0	383.922
5.04	Transações de Capital com os Sócios	233.000	0	0	0	0	233.000
5.04.01	Aumentos de Capital	233.000	0	0	0	0	233.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-94.206	0	-94.206
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-94.206	0	-94.206
5.07	Saldos Finais	706.001	0	0	-183.285	0	522.716

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	505.531	521.586	425.636
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	346.037	315.822	262.593
7.01.02	Outras Receitas	159.494	205.764	163.043
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	143.931	192.137	150.406
7.01.02.03	Receitas acessórias	15.563	13.627	12.637
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-325.251	-296.611	-284.521
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-22.037	-22.944	-25.503
7.02.04	Outros	-303.214	-273.667	-259.018
7.02.04.01	Custo dos serviços de construção	-143.931	-192.137	-150.406
7.02.04.02	Custos dos serviços prestados	-68.222	-70.619	-61.334
7.02.04.03	Custo da provisão para manutenção	-69.458	10.311	-27.626
7.02.04.04	Custo da concessão	-21.603	-21.222	-19.652
7.03	Valor Adicionado Bruto	180.280	224.975	141.115
7.04	Retenções	-120.593	-108.781	-90.933
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-120.593	-108.781	-90.933
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	59.687	116.194	50.182
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.887	9.190	15.508
7.06.02	Receitas Financeiras	2.806	5.467	7.229
7.06.03	Outros	3.081	3.723	8.279
7.06.03.01	Juros Capitalizados	3.081	3.723	8.279
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	65.574	125.384	65.690
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	65.574	125.384	65.690
7.08.01	Pessoal	47.141	43.784	42.178
7.08.01.01	Remuneração Direta	35.375	32.436	31.229
7.08.01.02	Benefícios	9.179	9.053	8.507
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.587	2.295	2.442
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.112	15.244	-23.632
7.08.02.01	Federais	-14.663	-969	-37.080
7.08.02.02	Estaduais	0	1	2

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.02.03	Municipais	17.775	16.212	13.446
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	74.095	78.666	76.211
7.08.03.01	Juros	63.027	65.806	59.517
7.08.03.02	Aluguéis	1.233	1.181	1.030
7.08.03.03	Outras	9.835	11.679	15.664
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados BNDES	875	1.340	3.586
7.08.03.03.03	Juros Capitalizados Debêntures	2.206	2.383	3.578
7.08.03.03.06	Outras	6.754	7.956	8.500
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-58.774	-28.716	-94.206
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-58.774	-28.716	-94.206
7.08.05	Outros	0	16.406	65.139
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	0	16.406	64.024
7.08.05.02	Juros Capitalizados	0	0	1.115



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Fernão Dias S.A (“Companhia”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Autopista Fernão Dias S.A. foi outorgada em Julho de 2007 através da licitação correspondente ao Edital nº 002/2007, constituída em 19 de dezembro de 2007 e teve suas operações iniciadas em 15 de agosto de 2008, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), publicado em 15 de fevereiro de 2008, e tem por objetivo exclusivo a exploração do Lote 05 do Programa Federal de Concessões Rodoviárias, compreendendo o trecho da rodovia BR-381 SP/MG que liga São Paulo/SP a Belo Horizonte/MG. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração sob forma de concessão de serviço público precedido de obra pública, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias de todo o sistema rodoviário do lote concedido, com o direito de cobrança de pedágio. O prazo de concessão é 25 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, não sendo admitida a prorrogação do mesmo.

O trecho administrado tem uma extensão de 562,1 km, passando pelos municípios de Guarulhos, São Paulo, Mairiporã, Atibaia, Bragança Paulista, Vargem, Extrema, Itapeva, Camanducaia, Cambuí, Estiva, Pouso Alegre, São Sebastião da Bela Vista, Careaçu, São Gonçalo do Sapucaí, Campanha, Três Corações, Carmo da Cachoeira, Nepomuceno, Lavras, Ribeirão Vermelho, Perdões, Santo Antônio do Amparo, Oliveira, Carmópolis de Minas, Itaguara, Itatiaiuçu, Rio Manso, Brumadinho, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Betim e Contagem. A Rodovia Fernão Dias exerce importante papel do ponto de vista econômico, pois faz parte do principal corredor rodoviário de interligação dos mais importantes pólos econômicos das regiões Sudeste e Sul do Brasil e destas com os principais países do MERCOSUL.

Atualmente, a Companhia opera oito praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Relatório de Administração



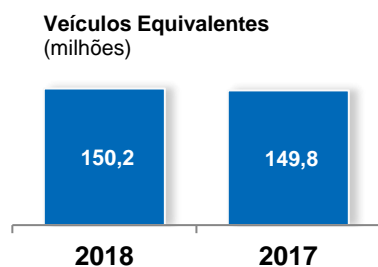
Nome da Praça	Localização	Tarifa
Mairiporã	BR 381 KM 065+700	R\$ 2,40
Vargem	BR 381 KM 007+200	R\$ 2,40
Cambuí	BR 381 KM 900+900	R\$ 2,40
São Gonçalo do Sapucaí	BR 381 KM 805+200	R\$ 2,40
Carmo da Cachoeira	BR 381 KM 735+500	R\$ 2,40
Santo Antonio da Amparo	BR 381 KM 658+300	R\$ 2,40
Carmópolis de Minas	BR 381 KM 597+700	R\$ 2,40
Itatiaiuçu	BR 381 KM 545+900	R\$ 2,40

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

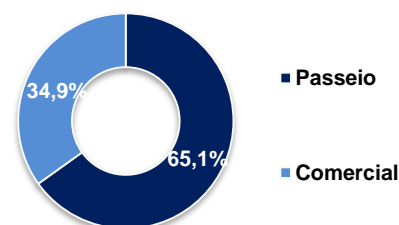
Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 150,2 milhões de veículos equivalentes em 2018, aumento de 0,3% em relação ao ano anterior (149,8 milhões). Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente a atividade econômica brasileira, o que inclui a melhora nos níveis de produção industrial e agrícola.

Tráfego Pedagiado



Composição do Tráfego – 2018



Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 503,6 milhões em 2018, com redução de 3,3% em relação aos R\$ 520,5 milhões registrados em 2017.

A receita de pedágio aumentou 9,6%, passando de R\$ 315,8 milhões em 2017 para R\$ 346 milhões em 2018. A principal razão que levou ao aumento na receita foi o reajuste da tarifa e a leve melhora no tráfego pedagiado.

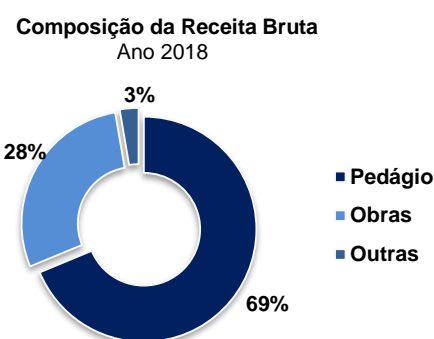
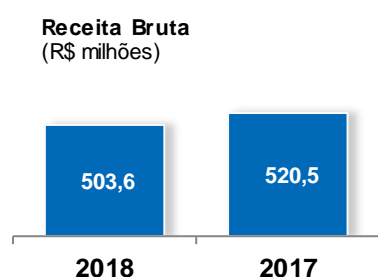
Relatório da Administração



As receitas acessórias, advindas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 13,6 milhões, aumento de 8,2% em 2018. Em 2018 foi firmado um novo contrato referente a locação de fibra óptica da concessionária, fato este que resultou em tal aumento.

Já a receita de obras registrou redução de R\$ 48,2 milhões (25,1%), passando de R\$ 192,1 milhões em 2017 para R\$ 143,9 milhões em 2018. Essa redução foi em decorrência do menor volume de obras executadas ao longo da rodovia, em cumprimento ao cronograma de obras.

No ano de 2018 a companhia registrou uma receita líquida de R\$ 471,6 milhões, retração de 4% ante 2017 (R\$ 491,3 milhões).



Custos e Despesas

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2018	2017	Var.
Custo dos serviços de construção	(143,9)	(192,1)	-25,1%
Serviços de terceiros	(34,5)	(35,9)	-3,9%
Pessoal	(44,0)	(41,8)	5,3%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(69,5)	10,3	-774,8%
Conservação	(29,2)	(29,5)	-1,0%
Verba de fiscalização	(14,5)	(14,1)	2,8%
Seguros e garantias	(3,5)	(3,6)	-2,8%
Remuneração da Administração	(3,2)	(2,1)	52,4%
Consumo	(9,1)	(9,3)	-2,2%
Outros	(20,1)	(22,2)	-9,5%
Custos e despesas	(371,5)	(340,3)	9,2%

Os custos e despesas (excluindo depreciação e amortização) tiveram um aumento de 9,2% em 2018 em comparação ao exercício de 2017. O aumento foi ocasionado pela variação dos custos e despesas abaixo relacionados:

Relatório da Administração



- Redução na rubrica Serviço de Terceiros em R\$ 1,4 milhões (3,9%) em comparação a 2017, devido a (i) negociação do custo de manutenção preventiva e corretiva nos radares fixos da rodovia, ficando este menor em R\$ 2,1 milhões no ano de 2018 (ii) Atualização do preço do serviço de APH (Atendimento pré-hospitalar), tendo um aumento de R\$0,5 milhões, (iii) redução de R\$ 0,2 milhões em serviço de transporte de valores, devido a negociação contratual;
- Aumento de R\$ 2,2 milhões (5,3%) de custos com pessoal, basicamente em decorrência ao dissídio coletivo e, também, pagamento de gratificação devido ao quadriênio da diretoria;
- Na rubrica “Provisão p/ manutenção em rodovias”, houve um aumento de R\$ 79,8 milhões em comparação a 2017, devido revisão da provisão frente a expectativa de realização;
- Redução de R\$ 2,1 milhões (9,5%) na rubrica “Outros”, devido, principalmente, à menores despesas com provisões para contingências jurídicas e campanhas de comunicação e marketing.

EBITDA

R\$ milhões	2018	2017	Var.
Receita líquida	471,6	491,3	-4,0%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(371,5)	(340,3)	9,2%
EBITDA ¹	100,1	151,0	-33,7%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	69,5	(10,3)	-774,8%
EBITDA Ajustado²	169,6	140,7	20,5%

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços na rodovia, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2018 em R\$ 169,5 milhões, um acréscimo de 20,5% em relação ao exercício de 2017. Esse aumento refere-se principalmente ao incremento da tarifa e ao aumento do tráfego pedagiado conforme descrito nas seções anteriores, além do maior volume de provisão de manutenção realizado.

Relatório de Administração



Resultado Financeiro

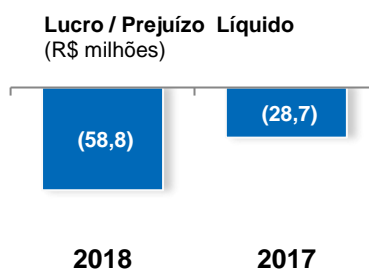
R\$ milhões	2018	2017	Var.
Receitas Financeiras	2,8	5,5	-48,7%
Despesas Financeiras	(70,6)	(91,2)	-22,6%
Resultado Financeiro Líquido	(67,8)	(85,7)	-20,9%

Em 2018, a Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 67,8 milhões, uma melhora de 20,9% em relação a 2017. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram:

- As despesas financeiras apresentaram uma redução de R\$ 20,6 milhões (22,6%) em relação à 2017. Fato decorrente da diminuição das taxas de juros que incidem sobre os financiamentos e de uma menor dívida bruta média ao longo de 2018, além disso, devido à integralização de alguns mútuos e debentures privadas com a controladora Arteris S.A.

Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2018 com prejuízo líquido de R\$ 58,8 milhões, uma piora de 104,7% ante ao registrado em 2017. Essa piora se deve principalmente ao incremento de provisão de manutenção.



Endividamento

R\$ milhões	31/12/2018	31/12/2017	Var.
Dívida Bruta	662,6	707,1	-6,3%
Curto Prazo	67,9	58,6	15,9%
Longo Prazo	594,7	648,5	-8,3%
Disponibilidades e aplicações financeiras	(46,8)	(51,7)	-9,5%
Dívida Líquida	615,8	655,4	-6,0%

Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento bruto totalizou R\$ 662,6 milhões, apresentando uma redução de R\$ 44,5 milhões, 6,3% em relação ao ano anterior. Essa redução deve-se a amortizações junto ao BNDES ao longo do exercício.

Relatório da Administração



O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2018 em R\$ 615,8 milhões, uma redução de R\$ 39,6 milhões, esta redução deve-se, principalmente, a amortização da dívida. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado ficou em 3,6x, enquanto que ao final do exercício anterior esta relação era de 4,7x.

INVESTIMENTOS

Após ter concluído em 2013 a implantação do Contorno de Betim (MG), trecho de 8,1 quilômetros, possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que trafegava pelo município, a concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais. Porém outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como o início da obra de Melhoria de Acesso do km 791+630 no município de São Gonçalo do Sapucaí/MG e a conclusão da Adequação do Trevo do km 25+800 no município de Bragança Paulista/SP e Adequação do Sistema Viário do Posto Fiscal do km 949+000 no município de Extrema/MG.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2018	2017
Empregos Diretos	736	773
Rotatividade	1,57%	1,15%

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador com participação igualitária de homens e mulheres, sendo em números 351 mulheres contra 385 homens. A média de idade está concentrada em 36 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), com 70,79% dos empregados. Destacamos que 9,24% possuem nível superior completo e 2,72% tem mestrado e ou pós-graduação. Ao longo de 2018, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 18,5 mil horas de treinamento, o que corresponde, a 25,13 horas de treinamento em média por profissional.

Responsabilidade Social e Ambiental

Sustentabilidade

A Arteris é uma companhia que conduz seus negócios e tomadas de decisões de forma sustentável, garantindo que sua atuação esteja atrelada a um planejamento estratégico alinhado com os

Relatório de Administração



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Para o Grupo, a sustentabilidade do negócio tem como objetivo oferecer soluções e grandes entregas para o desenvolvimento da infraestrutura brasileira, além de gerar valor para todos os seus stakeholders e comunidades próximas a sua operação.

Nesse contexto, a Arteris trabalha cinco pilares estratégicos que visam orientar o planejamento da companhia. São eles: integridade, crescimento e rentabilidade, pessoas, segurança, e relações e diálogo. Além disso, o Grupo possui outros dois temas transversais que permeiam todos pilares: ação social e tecnologia e inovação.

Integridade

A integridade está no DNA da Arteris e em tudo o que ela faz. Atualmente, a companhia conta com um Programa de Integridade, cujo objetivo é garantir que todos os departamentos da companhia estejam igualmente alinhados com o tema, atuando dentro dos padrões da ética e com transparência.

Dentro do Plano de Sustentabilidade da Arteris, a integridade é uma premissa que vai além de gerar uma boa reputação para a companhia. Ela é princípio fundamental para todas as ações do Grupo em seus mecanismos de controle, na implantação de políticas e práticas anticorrupção e no atendimento à legislação e regras. Constantemente, o Grupo apresenta suas práticas de governança perante o setor, a fim de ampliar os mecanismos de avaliação e controle de riscos de compliance.

Nesse contexto, em 2018, a Arteris e todas as empresas pertencentes ao Grupo aderiram ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, criado pelo Instituto Ethos. Ao assinar o Pacto, o Grupo assumiu o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus colaboradores e públicos de interesse, a fim de que ela seja cumprida em sua totalidade. Além disso, se comprometeu a impedir qualquer forma de suborno, trabalhar pela legalidade e primar pela transparência de informações e colaboração em investigações, quando necessário.

Crescimento e Rentabilidade

Ao longo dos anos, a Arteris tem se consolidado no setor como uma empresa focada em crescimento do negócio, tanto por meio de suas concessões existentes como pelo mapeamento de novas oportunidades no setor.

Oferecer serviços com excelência aos usuários e buscar projetos rentáveis para o Grupo e seus acionistas são as premissas que norteiam esse pilar e todas as iniciativas da companhia. Além disso,

Relatório da Administração



a Arteris é comprometida com os cuidados com o meio ambiente, desenvolvendo iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas por suas operações.

Ano a ano, os investimentos do Grupo em infraestrutura, excelência operacional, campanhas de conscientização e comunicação vêm contribuindo para transformar a realidade das rodovias concedidas, aprimorando continuamente suas condições de tráfego, comodidade e segurança, ao mesmo tempo em que favorecem para o crescimento sustentável do negócio do ponto de vista financeiro.

Pessoas

A Arteris conduz o desenvolvimento de seus colaboradores de forma que o crescimento pessoal e profissional de cada um estimule o crescimento do negócio. Reter talentos e engajar o público interno nos temas voltados para sustentabilidade estão entre as prioridades estratégicas da companhia.

Adicionalmente, a empresa trabalha constantemente para conectar o desenvolvimento de seus profissionais com ações de voluntariado. O programa de voluntários do Grupo oferece aos colaboradores da Arteris a possibilidade de praticarem a cidadania, em linha com os valores da companhia.

Segurança

O respeito à vida é parte integrante do Plano de Sustentabilidade da companhia, que tem como um dos principais desafios buscar zero fatalidades e liderar o debate para o desenvolvimento de ações conjuntas e estruturadas sobre o tema, fortalecendo a cultura de mobilidade segura na sociedade.

Quando se fala de sustentabilidade, a Arteris acredita que a segurança reflete o impacto positivo do negócio para a sociedade, seja por meio da excelência da operação, seja pela transformação no comportamento provocada pelas campanhas e programas da companhia voltados para educação no trânsito.

A Arteris está comprometida com a meta da “Década de Ação pela Segurança no Trânsito”, da ONU, que estabelece o objetivo de reduzir as mortes no trânsito pela metade até 2020. Até o momento, o Grupo já reduziu em 46% o total de fatalidades em suas rodovias no período de 2011 a 2018.

Iniciativas como essa reforçam o comprometimento do Grupo em ser referência em segurança não só nas rodovias que administra, mas também no contexto de segurança do trabalho.

Relatório da Administração



Relações e Diálogo

A Arteris é uma empresa engajada em propor e promover discussões públicas sobre temas estratégicos do negócio e do setor como um todo. Potencializar o relacionamento com stakeholders que permitam gerar valor compartilhado para o Grupo é uma prática de diferentes áreas da companhia, principalmente em assuntos relacionados à operação e eficiência ambiental, com foco na redução de impactos e identificação de novas oportunidades.

Inovação e tecnologia

Conduzir todos os pilares sob uma perspectiva inovadora é a maneira que o Grupo enxerga para estimular melhoria de processos, identificar oportunidades de parceria e negócios, além de manter o protagonismo nas discussões do setor.

Ação Social

Com relação às ações sociais, a companhia acredita na estratégia de alinhá-las ao ciclo de vida de suas empresas e respectivas localidades., a partir de uma política de investimento social com critérios claros.

Atualmente, a Arteris conta com o Projeto Escola, que, há 17 anos, desenvolve atividades com professores e alunos da rede pública de educação. Além disso, o Grupo também desenvolve diversas ações que disseminam mensagens de segurança junto a públicos estratégicos para a redução de acidentes, iniciativas voltadas para saúde e bem-estar, e apoio a projetos culturais, sociais e esportivos, com o objetivo de promover inclusão social.

AGRADECIMENTOS

A Concessionária Autopista Fernão Dias S/A gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de funcionários, pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n°. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base

Relatório da Administração



no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no Relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Pouso Alegre, 28 de fevereiro de 2019.

A Administração

Diretoria

Andre Dorf
Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro/
Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica

Helvécio Tamm de Lima Filho
Diretor Superintendente

Maurício Teodoro de Souza
Contador
CRC MG 076073-0-0

Conselho de Administração

Andre Dorf
Conselheiro

Linomar Barros Deroldo
Conselheiro

Juan Gabriel Lopez Moreno
Conselheiro

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, situada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade que tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381 - SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 15 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2018 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$143.872 (R\$118.249 em 31 de dezembro de 2017).

A geração de caixa, somada à capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus empréstimos e financiamentos classificados no circulante e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários. A Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2019.

2. CONCESSÕES

A Autopista Fernão Dias S.A. é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381- SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007.

A Sociedade está em plena operação desde 09 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65+559 P1-Norte e 66+572 P1-Sul - Mairiporã-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

- 94,26 km de vias laterais.
- 8,13 km de variantes/contornos.
- Construção de 50 passarelas.
- Construção de 8 praças de pedágio.
- Construção de 12 Bases de Serviços Operacionais – BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Implantação de 8 trevos em desnível em pista dupla.
- Implantação de 208.681 metros de defensas metálicas.
- Implantação de 62.556 metros de barreiras de concreto.
- Implantação de 1 retorno operacional.
- Remodelação do Sistema Viário entre o km 88 ao km 90,4.
- Recomposição de Talude em Gabião no Contorno de Betim (fora da faixa) – Córrego Santo Antônio.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$7.916. A partir de 31 de dezembro de 2018 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$112.143 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$361.608 (R\$470.570 em 31 de dezembro de 2017) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$726.379 (R\$600.392 em 31 de dezembro de 2017) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio, e em 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$7.486 (R\$107.902 em 31 de dezembro de 2017), as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta - TAC, com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura desse TAC, a Sociedade, vem realizando o equivalente a R\$28.200 em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Em 31 de dezembro de 2018 a maioria dessas obras estavam concluídas.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas divulgadas em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48:

Ativo ou passivo financeiro	Classificação inicial pelo CPC 40	Saldo em 31.12.2017	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	27.290	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Contas a receber clientes	Empréstimos recebíveis	18.408	Custo amortizado
Partes relacionadas	Ativo financeiro mantido até o vencimento	37	Custo amortizado
Aplicações financeiras vinculadas (*)	Ativo financeiro mantido até o vencimento	24.397	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Outros Créditos	Empréstimos recebíveis	331	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	634.601	Custo amortizado
Debêntures	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	72.512	Custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	42.816	Custo amortizado
Partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	1.502	Custo amortizado
Taxa de fiscalização	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	1.189	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	3.643	Custo amortizado

(*) As aplicações financeiras vinculadas de acordo com a nova classificação do CPC 48 são mensuradas a valor justo por meio do resultado, tendo sido alterada a descrição utilizada na apresentação do trimestre anterior em divulgação na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

4.1 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: mensurados ao valor justo por meio de resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado.

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria.

No caso da Sociedade, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos dos instrumentos derivativos não liquidados são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras e classificados no ativo ou passivo, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas de "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

4.2 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.3 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido as despesas das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

b) Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens demonstrada na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

4.4 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado linearmente, com base no prazo remanescente da concessão ou pela vida útil (dos dois o menor), a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

4.5 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.6 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.7 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

4.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 7,30% ao ano em 31 de dezembro de 2018 (6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,30% ao ano em 31 de dezembro de 2018 (6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.10 Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.11 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.12 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante o exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.14 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

IFRSs novas e revisadas já emitidas, adotadas

4.14.1 IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma IFRS 15/CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas IFRS/CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15/CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Sociedade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos da IFRS 15 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

Passo 3: Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfeita.

As controladas da Sociedade têm como principais transações a receita de pedágio e a receita de construção. A Sociedade realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos em relação ao reconhecimento anterior dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ao usuário, no caso da receita de pedágio, e conforme incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato de concessão, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma IFRS 15/CPC 47.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

4.14.2 IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Metodologia de estimativa de redução ao valor recuperável (*impairment*)

O IFRS 9 introduziu o conceito de Perdas de Crédito Esperadas em oposição às perdas de créditos incorridas na norma anterior (IAS 39). Os ativos financeiros sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) são aqueles mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O objetivo dos requisitos de *impairment* é reconhecer as perdas de créditos esperadas ao longo da vida para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial – seja avaliado individualmente ou coletivamente – considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

As controladas da Sociedade possuem concentração em sua carteira de clientes e não possuem histórico de perdas em seus instrumentos financeiros. A Administração efetuou uma análise de risco de crédito da carteira e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas em seus recebíveis e nem em relação aos demais instrumentos financeiros.

IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
IFRS 16 – Arrendamentos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	<p>A IFRS 16 fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Ela substituirá as seguintes normas e Interpretações quando estiver em vigor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IAS 17 Arrendamentos; - IFRIC 4 Determinação se um Acordo contém Arrendamento; - SIC-15 Arrendamentos Operacionais – Incentivos; e - SIC-27 Avaliação da Essência das Transações Envolvendo a Forma Legal de Um Arrendamento.
IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	<p>A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e - Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda; - Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. - Em caso negativo, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.
Alterações à IFRS 9 - Características de Pagamento Antecipado com Compensação Negativa (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	<p>As alterações à IFRS 9 esclarecem que, para determinar se uma característica de pagamento antecipado satisfaz a condição de “apenas pagamentos de principal e juros”, a parte que exerce a opção pode pagar ou receber compensação razoável pelo pagamento antecipado independentemente do motivo para o pagamento antecipado. Em outras palavras, as características de pagamento antecipado com compensação negativa não descumprem automaticamente condição de “apenas pagamentos de principal e juros”.</p>
Alterações à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	<p>A alteração esclarece que a IFRS 9, inclusive as exigências de redução ao valor recuperável, é aplicável a investimentos de longo prazo. Adicionalmente, ao aplicar a IFRS 9 a investimentos de longo prazo, a entidade não leva em conta os ajustes ao seu valor contábil necessários de acordo com a IAS 28 (isto é, ajustes ao valor contábil dos investimentos de longo prazo resultantes da alocação das perdas da investida ou da avaliação da redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 28).</p>
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2015-2017 - Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Combinações de Negócios, IFRS 11 (CPC 19 (R2)) - Negócios em Conjunto, IAS 12 (CPC 32) - Impostos sobre a Renda e IAS 23 (CPC 20 (R1)) - Custos de Empréstimos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	<p>As Melhorias Anuais incluem alterações a quatro normas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - IAS 12 – Impostos sobre a Renda: As alterações esclarecem que a entidade deve reconhecer as consequências do imposto de renda incidente sobre dividendos no resultado, em outros resultados abrangentes ou no patrimônio dependendo de onde a entidade reconheceu originalmente as transações que geraram o lucro a distribuir. Este é o caso independentemente da aplicação de alíquotas fiscais diferentes para o lucro distribuído e a distribuir. - IAS 23 - Custos de Empréstimos: As alterações esclarecem que se houver algum empréstimo específico em aberto após o correspondente ativo estar pronto para seu uso ou venda pretendida, esse empréstimo se torna parte dos recursos que a entidade toma emprestado geralmente ao calcular a taxa de capitalização sobre empréstimos em geral. - IFRS 3 - Combinações de Negócios: As alterações à IFRS 3 esclarecem que quando a entidade obtém o controle de um negócio que é uma operação conjunta, a entidade aplica as exigências de combinação de negócios em estágios, inclusive a remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo. A participação anteriormente detida a ser remensurada inclui qualquer ativo, passivo e ágio não reconhecido relacionado à operação conjunta. - IFRS 11 – Negócios em Conjuntos: As alterações à IFRS 11 esclarecem que quando uma parte que participa em uma operação conjunta que corresponde a um negócio, mas não detém o controle conjunto dessa operação, obtém o controle conjunto dessa operação conjunta, a entidade não remensura a sua participação anteriormente detida na operação conjunta.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

<p>Alterações à IAS 19 (CPC 33 (R2)) - Alteração, Redução ou Liquidação de Plano de Benefícios aos Empregados (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)</p>	<p>As alterações esclarecem que o custo de serviços passados (ou do ganho ou da perda de liquidação) é calculado mensurando o passivo (ativo) de benefícios definidos com base em premissas atualizadas e comparando os benefícios oferecidos e os ativos do plano antes e após a alteração do plano (ou sua redução ou liquidação) mas ignorando o efeito do teto de ativos (que pode surgir quando o plano de benefícios definidos está em posição de superávit).</p> <p>A IAS 19 esclarece que a alteração no efeito do teto de ativos resultante da alteração do plano (ou sua redução ou liquidação) é determinada em uma segunda etapa e reconhecida normalmente em outros resultados abrangentes.</p> <p>Os parágrafos relacionados à mensuração do custo de serviços correntes e dos juros líquidos sobre o passivo (ativo) de benefícios definidos líquidos também foram alterados. A entidade deverá usar as premissas atualizadas dessa remensuração para determinar o custo de serviços correntes e os juros líquidos para o restante do período de relatório após a alteração do plano. No caso dos juros líquidos, as alterações esclarecem que para a alteração do plano após o período, os juros líquidos são calculados multiplicando-se o passivo (ativo) de benefícios definidos conforme remensurado de acordo com a IAS 19 e a taxa de desconto usada na remensuração (também levando em consideração o efeito das contribuições e os pagamentos de benefícios sobre o passivo (ativo) de benefícios definidos líquidos).</p>
<p>Alterações à IFRS 10 e IAS 28 Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto (em vigor para exercícios iniciados a partir de uma data a ser determinada)</p>	<p>As alterações tratam de situações em que há uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto.</p>

A Administração da Sociedade avaliou ou está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção dessas normas. Com base em avaliações preliminares a Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito significativo sobre as demonstrações financeiras, exceto pelo IFRS 16, em que a Sociedade entende que o maior impacto produzido por essa norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a rodovias e a alugueis de edifícios e equipamentos, porém até o fechamento destas demonstrações financeiras, a Sociedade está em processo de análise destes e dos demais contratos de arrendamento para eleger o critério de transição à nova Norma

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa e contas bancárias	3.647	4.195
Aplicações financeiras (*)	15.765	23.095
Total	<u>19.412</u>	<u>27.290</u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

média, a 97,34% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	15.355	14.054
Cupons de pedágio a receber	694	-
Cartões de pedágio a receber	104	909
Receitas acessórias a receber	2.818	3.445
Outras receitas a receber	1	-
Total	<u>18.972</u>	<u>18.408</u>

(a) Conforme nota explicativa nº 25.c.

(b) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2018 e 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que pode ocorrer em um período maior conforme renovação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(88.319)	(43.492)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	30.028	14.787
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(483)	(11)
Total	<u>29.545</u>	<u>14.776</u>
 Imposto contabilizado	 29.545	 14.776
 Imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	29.545	14.776
	<u>29.545</u>	<u>14.776</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.12.2018	31.12.2017
Diferenças temporárias ativas		
Prejuízo fiscal (a)	380.840	278.561
Provisão de participação nos lucros	2.362	2.631
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	4.443	5.365
Outras provisões	2.745	3.116
Provisão para manutenção de rodovias	84.409	107.678
Amortização acumulada de obras futuras	13.530	9.808
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	1.434	1.472
Ajuste dos encargos financeiros (receitas acessórias)	-	12
Pis e Cofins s/receita financeira	1.588	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Estorno de capitalização de juros	587	587
Amortização estorno de capitalização de juros	(129)	(97)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>491.809</u>	<u>409.133</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>167.215</u>	<u>139.105</u>
Diferenças temporárias passivas:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (b)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(76.678)	(76.678)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	16.883	12.662
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>(59.795)</u>	<u>(64.016)</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>(20.330)</u>	<u>(21.765)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>146.885</u>	<u>117.340</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2019	8.339
2020	20.442
2021	18.481
2022	18.481
2023	18.481
Após 2023	82.991
	<u>167.215</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 51% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais, os recursos excedentes são transferidos para conta-corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a soma das prestações pagas nos 3 (três) últimos meses, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo é de R\$27.435 (R\$24.397 em 31 de dezembro de 2017), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,34% da variação do CDI.

Autopista Fernão Dias S.A.

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2017	2.427	1.210	5.570	1.935	11.142
Adições	165	246	12	2.133	2.556
Transferências/reclassificações	2	360	-	185	547
Alienações/baixas	(1)	(93)	-	(189)	(283)
Saldo em 31.12.2018	2.593	1.723	5.582	4.064	13.962
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(570)	(710)	(3.168)	(710)	(5.158)
Depreciações	(229)	(83)	(672)	(228)	(1.212)
Transferências/reclassificações	-	-	-	(13)	(13)
Alienações/baixas	2	80	-	149	231
Saldo em 31.12.2018	(797)	(713)	(3.840)	(802)	(6.152)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.857	500	2.402	1.225	5.984
Saldo em 31.12.2018	1.796	1.010	1.742	3.262	7.810
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2016	2.325	1.067	3.769	1.785	8.946
Adições	96	151	1.577	143	1.967
Transferências/reclassificações	9	-	224	13	246
Alienações/baixas	(3)	(8)	-	(6)	(17)
Saldo em 31.12.2017	2.427	1.210	5.570	1.935	11.142
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(348)	(662)	(2.760)	(561)	(4.331)
Depreciações	(224)	(56)	(408)	(153)	(841)
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	2	8	-	4	14
Saldo em 31.12.2017	(570)	(710)	(3.168)	(710)	(5.158)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.977	405	1.009	1.224	4.615
Saldo em 31.12.2017	1.857	500	2.402	1.225	5.984
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

Autopista Fernão Dias S.A.

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	2.074.834	3.666	36.937	35	2.115.472
Adições	125.962	947	24.430	-	151.339
Transferências/reclassificações	32.196	-	(32.708)	(35)	(547)
Alienações/baixas	(5.476)	-	-	-	(5.476)
Saldo em 31.12.2018	2.227.516	4.613	28.659	-	2.260.788
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(383.052)	(2.014)	-	-	(385.066)
Amortizações	(115.482)	(333)	-	-	(115.815)
Transferências/reclassificações	13	-	-	-	13
Alienações/baixas	115	-	-	-	115
Saldo em 31.12.2018	(498.406)	(2.347)	-	-	(500.753)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.691.782	1.652	36.937	35	1.730.406
Saldo em 31.12.2018	1.729.110	2.266	28.659	-	1.760.035
Taxas de amortização - a.a.	5%	20%			

Autopista Fernão Dias S.A.

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.849.153	2.967	37.358	649	1.890.127
Adições	174.752	699	52.387	190	228.028
Transferências/reclassificações	53.488	-	(52.930)	(804)	(246)
Alienações/baixas	(2.437)	-	-	-	(2.437)
Saldo em 31.12.2017	2.074.956	3.666	36.815	35	2.115.472
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(279.542)	(1.542)	-	-	(281.084)
Amortizações	(103.577)	(472)	-	-	(104.049)
Alienações/baixas	67	-	-	-	67
Saldo em 31.12.2017	(383.052)	(2.014)	-	-	(385.066)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.569.611	1.425	37.358	649	1.609.043
Saldo em 31.12.2017	1.691.904	1.652	36.815	35	1.730.406
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para ajuste ao valor recuperável dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade capitalizou o montante de R\$3.081 (R\$3.723 em 31 de dezembro de 2017) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2018 foi de 0,34% a.a. (0,63% a.a. em 2017).

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	6.576	6.576
Consumo	8.659	8.659
Custos contratuais da concessão	8.876	8.876
Depreciações e amortizações	103	103
Conservação da rodovia	9.473	9.473
Serviços de terceiros	1.837	1.837
Tributários	2.229	2.229
Resultados financeiros	(690)	(690)
Outros gastos	2	2
	<u>37.065</u>	<u>37.065</u>
Amortização acumulada	<u>(37.065)</u>	<u>(33.499)</u>
	<u>-</u>	<u>3.566</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

Moeda local	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	59.042	580.281	639.323	54.890	576.106	630.996
Captações/Renovações	-	-	-	-	51.865	51.865
Juros provisionados	57.622	-	57.622	59.769	2.989	62.758
Amortização de principal	(55.962)	-	(55.962)	(52.618)	-	(52.618)
Pagamento de juros	(53.603)	-	(53.603)	(53.678)	-	(53.678)
Transferência	59.682	(59.682)	-	50.679	(50.679)	-
	<u>66.781</u>	<u>520.599</u>	<u>587.380</u>	<u>59.042</u>	<u>580.281</u>	<u>639.323</u>
Custo de transação	(445)	(3.930)	(4.375)	(437)	(4.285)	(4.722)
Saldo final	<u>66.336</u>	<u>516.669</u>	<u>583.005</u>	<u>58.605</u>	<u>575.996</u>	<u>634.601</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2018	31.12.2017
Finame	6% a.a.	jun/19	Próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias	117	352
BNDES	TJLP+3,05%	mar/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	456.456	509.064
BNDES	TJLP+3,25%	dez/29	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	130.807	129.907
				<u>587.380</u>	<u>639.323</u>

Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	74.755
2021	81.537
2022	88.934
2023	97.003
Após 2023	<u>178.370</u>
	<u>520.599</u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações financeiras trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

Moeda local	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	72.706	72.706	-	65.935	65.935
Juros provisionados	4.490	3.997	8.487	-	6.771	6.771
Pagamento de juros	(1.430)	-	(1.430)	-	-	-
Transferência	(1.446)	1.446	-	-	-	-
	<u>1.614</u>	<u>78.149</u>	<u>79.763</u>	<u>-</u>	<u>72.706</u>	<u>72.706</u>
Custo de transação	(22)	(149)	(171)	(22)	(172)	(194)
Saldo final	<u>1.592</u>	<u>78.000</u>	<u>79.592</u>	<u>(22)</u>	<u>72.534</u>	<u>72.512</u>

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2018	31.12.2017
4ª emissão - Série única	65.000	IPCA+7,53%a.a.	set/26	79.763	72.706
				<u>79.763</u>	<u>72.706</u>

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor nominal unitário</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
4ª emissão - Série única	15.05.2016	65.000	1.000	14.11.2016	67.540
		<u>65.000</u>			<u>67.540</u>

Em 31 de dezembro de 2018 as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das debêntures apresentam vencimento após 2022.

O valor justo das debêntures registradas no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

As debêntures da 4ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de R\$30.984 (R\$30.209 em 31 de dezembro de 2017), refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$12.182 (R\$12.607 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras e despesas administrativas.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	-	37
Total	-	37
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	1.308	963
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	95	539
Total	1.403	1.502

	PERÍODO					
	31.12.2018			31.12.2017		
<u>Contas de Resultado:</u>	<u>Conservação da rodovia (b)</u>	<u>Receitas financeiras</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Conservação da rodovia (b)</u>	<u>Receitas financeiras</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	-	(8.660)	-	(16.406)	(7.097)
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(434)	-	-	(7.566)	-	-
Total	(434)	-	(8.660)	(7.566)	(16.406)	(7.097)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$5.318 (R\$25.202 em 31 de dezembro de 2017), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade reconheceu o montante de R\$2.064 respectivamente a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de R\$1.104 relativo ao rateio da Holding, que totaliza R\$3.168 (R\$1.968 em 31 de dezembro de 2017), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.700.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$2.362 e R\$2.631.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA - *Earnings Before Interest, Taxes, depreciation and Amortization* consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2018
Cíveis	591	2.662	(1.036)	(1.706)	-	511
Trabalhistas	561	2.376	(704)	(1.733)	-	500
Regulatório	4.213	-	-	(924)	143	3.432
Total	5.365	5.038	(1.740)	(4.363)	143	4.443

	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2017
Cíveis	749	2.000	(619)	(1.539)	-	591
Trabalhistas	663	3.022	(867)	(2.257)	-	561
Regulatório	2.954	973	-	-	286	4.213
Total	4.366	5.995	(1.486)	(3.796)	286	5.365

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$4.443 (R\$4.213 em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$5.136 em 31 de dezembro de 2018 (R\$4.215 em 31 de dezembro de 2017).

Os depósitos judiciais no montante de R\$20.480 em 31 de dezembro de 2018 (R\$20.176 em 31 de dezembro de 2017) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

Provisões	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	21.516	26.983	41.818	80.695	63.334	107.678
Adições/Reversões	-	75.047	2.837	(5.589)	2.837	69.458
Utilizações	(23)	(98.704)	-	-	(23)	(98.704)
Ajuste a valor presente	-	-	(39)	5.977	(39)	5.977
Transferências	(21.493)	49.762	21.493	(49.762)	-	-
Saldo em 31.12.2018	-	53.088	66.109	31.321	66.109	84.409

Provisões	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2016	31.734	42.171	257	85.175	31.991	127.346
Adições/Reversões	-	(25.833)	32.010	15.522	32.010	(10.311)
Utilizações	(172)	(16.774)	-	-	(172)	(16.774)
Ajuste a valor presente	1.189	-	(1.684)	7.417	(495)	7.417
Transferências	(11.235)	27.419	11.235	(27.419)	-	-
Saldo em 31.12.2017	21.516	26.983	41.818	80.695	63.334	107.678

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referentes às manutenções realizadas foram de R\$88.970 (R\$13.010 em 31 de dezembro de 2017).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2018 é de R\$1.452.885 (R\$1.236.385 em 31 de dezembro de 2017), compostos por 2.134.105.562 ações ordinárias e sem valor nominal (1.751.387.796 em 31 de dezembro de 2017), integralizadas pelo valor de R\$ 1.401.385 (R\$1.227.885 em 31 de dezembro de 2017).

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
22.01.2018	AGE	Dinheiro	-	-	8.500
05.02.2018	AGE	Dinheiro	4.310.345	2.500	2.500
05.02.2018	AGE	Dinheiro	118.965.517	69.000	2.000
20.02.2018	AGE	Dinheiro	-	-	13.000
05.03.2018	AGE	Dinheiro	-	-	5.500
20.03.2018	AGE	Dinheiro	-	-	6.500
05.04.2018	AGE	Dinheiro	-	-	3.000
20.04.2018	AGE	Dinheiro	-	-	10.000
07.05.2018	AGE	Dinheiro	-	-	3.000
21.05.2018	AGE	Dinheiro	-	-	17.000
05.06.2018	AGE	Dinheiro	-	-	6.000
20.06.2018	AGE	Dinheiro	-	-	14.000
20.06.2018	AGE	Dinheiro	106.288.751	60.000	-
20.07.2018	AGE	Dinheiro	-	-	6.000
20.08.2018	AGE	Dinheiro	-	-	8.500
05.09.2018	AGE	Dinheiro	-	-	1.500
20.09.2018	AGE	Dinheiro	-	-	6.500
22.10.2018	AGE	Dinheiro	-	-	17.000
25.10.2018	AGE	Dinheiro	-	-	1.000
05.11.2018	AGE	Dinheiro	-	-	1.000
19.11.2018	AGE	Dinheiro	-	-	7.500
19.11.2018	AGE	Dinheiro	24.324.324	13.500	13.500
06.12.2018	AGE	Dinheiro	128.828.829	71.500	-
20.12.2018	AGE	Dinheiro	-	-	20.000
			<u>382.717.766</u>	<u>216.500</u>	<u>173.500</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Receita de serviços prestados	346.037	315.822
Receita de serviços de construção	143.931	192.137
Outras receitas	13.598	12.573
Receita bruta	503.566	520.532
ISSQN	(17.736)	(16.184)
PIS	(2.506)	(2.281)
COFINS	(11.564)	(10.524)
Outras deduções	(174)	(200)
Receita líquida	471.586	491.343

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31.12.2018	31.12.2017
Despesas:		
Com pessoal	(10.828)	(10.084)
Serviços de terceiros	(2.335)	(2.174)
Manutenção de bens e conservação	(1.185)	(1.105)
Consumo	(1.407)	(1.198)
Transportes	(655)	(651)
Seguros/Garantias	(12)	(15)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(3.298)	(4.795)
Comunicação e marketing	(941)	(1.407)
Indenizações à terceiros	(4)	-
Publicações legais	(203)	(159)
Depreciação / Amortização	(1.042)	(1.208)
Outros	(1.703)	(1.311)
Total	(23.613)	(24.107)
	31.12.2018	31.12.2017
Custos:		
Com pessoal	(33.144)	(31.731)
Serviços de terceiros	(32.154)	(33.775)
Conservação	(29.225)	(29.480)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(2.135)	(2.507)
Consumo	(7.655)	(8.147)
Transportes	(6.515)	(6.510)
Verba de Fiscalização	(14.497)	(14.132)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(1.631)	(1.976)
Seguros / Garantias	(3.514)	(3.553)
Provisão de manutenção em rodovias	(69.458)	10.311
Custos de serviços da construção	(143.931)	(192.137)
Depreciação / Amortização	(119.551)	(107.573)
Outros	(3.524)	(2.821)
Total	(466.934)	(424.031)

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	2.641	4.641
Outras receitas	165	826
Total	<u>2.806</u>	<u>5.467</u>
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(63.027)	(82.212)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(5.926)	(6.707)
Outras despesas	(1.643)	(2.249)
Total	<u>(70.596)</u>	<u>(91.168)</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	45.428	66.045
Integralização de capital – mútuos	-	395.384
Juros capitalizados	3.081	3.723
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(124.502)	(39.196)

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(58.774)	(28.716)
Número de ações durante exercício	1.930.621	1.428.136
Lucro por ação	<u>(0,0304)</u>	<u>(0,0201)</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.12.2018		31.12.2017	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	19.412	-	27.290	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	18.972	-	18.408
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	-	37
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	27.435	-	24.397	-
Outras contas a receber	Nível 2	-	781	-	331
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	583.005	-	634.601
Debêntures	Nível 2	-	79.592	-	72.512
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	43.166	-	42.816
Partes relacionadas	Nível 2	-	1.403	-	1.502
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	1.228	-	1.189
Outras contas a pagar	Nível 2	-	6.788	-	3.643
		<u>46.847</u>	<u>734.935</u>	<u>51.687</u>	<u>775.039</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é predeterminada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	7,00%	8,75%	10,50%
Receita de aplicações financeiras	2.976	3.720	4.464
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>2.976</u>	<u>3.720</u>	<u>4.464</u>
TJLP	7,03%	8,79%	10,55%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(55.179)	(65.730)	(76.280)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(55.179)</u>	<u>(65.730)</u>	<u>(76.280)</u>
IPCA	4,01%	5,01%	6,02%
Juros a incorrer - Debêntures	(3.199)	(3.998)	(4.798)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(3.199)</u>	<u>(3.998)</u>	<u>(4.798)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(55.402)</u>	<u>(66.008)</u>	<u>(76.614)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$15.355 (R\$14.054 em 31 de dezembro de 2017) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Debêntures - IPCA	9,05%	2.919	3.060	3.195	26.231	103.360	138.765
Finame	6,00%	119	-	-	-	-	119
BNDES Automático	-	113.214	117.316	117.316	117.316	328.044	793.206
Fornecedores e cauções contratuais	-	43.166	-	-	-	-	43.166
Outras contas a pagar	-	6.788	-	-	-	-	6.788
Fornecedores partes relacionadas	-	1.403	-	-	-	-	1.403
		<u>167.609</u>	<u>120.376</u>	<u>120.511</u>	<u>143.547</u>	<u>431.404</u>	<u>983.447</u>

Notas Explicativas**Autopista Fernão Dias S.A.**

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/01 a 31/03/2019	01/04 a 30/06/2019	01/07 a 30/09/2019	01/10 a 31/12/2019	Total
Debêntures - IPCA	9,05%	1.408	-	1.511	-	2.919
Finame	6,00%	59	60	-	-	119
BNDES Automático	-	27.429	27.429	29.026	29.330	113.214
Fornecedores e cauções contratuais	-	33.705	9.461	-	-	43.166
Outras contas a pagar	-	6.788	-	-	-	6.788
Fornecedores partes relacionadas	-	1.403	-	-	-	1.403
		<u>70.792</u>	<u>36.950</u>	<u>30.537</u>	<u>29.330</u>	<u>167.609</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	177.750

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$3.286 (R\$3.155 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Abaixo relação de aumento de capital ocorrido na Sociedade:

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Valor integralizado</u>
21.01.2019	AGE	18.000
20.02.2019	AGE	17.000
		<u>35.000</u>

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Autopista Fernão Dias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Fernão

Dias S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para dar suporte a nossa avaliação e ao nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Ativo intangível - Avaliação do risco de redução do valor recuperável do ativo intangível

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias e representa 87% do total do ativo nas demonstrações financeiras. A avaliação do valor recuperável do ativo intangível das concessionárias federais da Sociedade, as quais realizam obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria, porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas para a avaliação da razoabilidade das premissas e das metodologias usadas pela Sociedade, em especial aquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas, pela evolução demográfica, pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que evidencia a natureza de cada concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos; e na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos aceitável o valor do ativo intangível relacionado às concessões federais no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 27 de fevereiro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Contador

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria Parecer

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Thouche Tohmatsu Auditores Independentes.

Declaração da Diretoria DF's

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Diretoria

David Antonio Díaz Almazán

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/

Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Helvécio Tamm de Lima Filho

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses”.